

CIES e-WORKING PAPER Nº 43/2008

**“Do ganha-pão à valorização pessoal:
a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos”**

DIANA MACIEL

ANA CRISTINA MARQUES

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Diana Maciel é socióloga e tem participado, no CIES-ISCTE, em investigações na área da família, do género e da toxicodependência. É mestranda em *Família e Sociedade* no ISCTE. Tem particular interesse por uma multiplicidade de temas inseridos na sociologia do género. E-mail: diana.maciел@iscte.pt

Ana Cristina Marques é antropóloga; investigadora do CIES-ISCTE e doutoranda do Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE. Está a desenvolver trabalho na área da conciliação entre trabalho e família. Tem especial interesse nas áreas da família, do género, da sexualidade e da juventude. E-mail: ana.c.marques@iscte.pt

Resumo

O trabalho é um aspecto central das sociedades contemporâneas. Homens e mulheres atribuem uma importância fundamental a esta dimensão das suas vidas. Neste artigo ir-se-á reflectir sobre os significados subjectivos e objectivos que o trabalho adquire para os indivíduos, no que diz respeito a aspectos como o seu percurso profissional, o sentimento destes perante o seu trabalho actual, a influência que o trabalho tem na família, as horas de trabalho efectivamente realizadas, ou as horas de trabalho desejadas. Para tal usar-se-ão os dados obtidos através da análise de entrevistas aprofundadas realizadas em Lisboa, no Porto e em Leiria, a casais com diferentes durações de casamento e diferentes pertenças sociais. Concluímos que homens e mulheres valorizam o seu trabalho profissional, adquirindo este importância a vários níveis, desde um nível mais instrumental a um nível mais expressivo. No geral, o trabalho tende a influenciar a vida dos nossos entrevistados tanto pela positiva, sobretudo ao nível da importância que adquire para a sua identidade pessoal, como pela negativa, devido ao sentimento de que os horários e/ou as horas de trabalho retiram tempo para a família, e ao stress e preocupações que se levam para casa.

Palavras-chave: trabalho, família, articulação entre trabalho e família

Abstract

Work is a central aspect of contemporary societies. Men and women attribute fundamental importance to this dimension of their lives. This article will reflect on the subjective and objective meanings that work acquires for individuals, with regard to aspects such as their careers, their feelings towards their present job, the influence that work has on the family, the working hours actually put in or the working hours desired. For this purpose, we shall use the data obtained from an analysis of in-depth interviews carried out in Lisbon, Oporto and Leiria with couples that have been married for different lengths of time and belong to different social environments. We conclude that men and women attach value to the work involved in their occupation, developing its importance at different levels, from a more instrumental level to a more emotional level. Generally speaking, work tends to have not only a positive influence on our interviewees' lives, but also a negative one, arising from the feeling that work schedules and/or working hours rob them of time for the family, and from the stress and worry that they take home.

Key-words: work, family and the combination of work and family life

Introdução¹

Desde finais do século XIX, o crescimento do capitalismo foi acompanhado “pela inovação técnica, pelo desenvolvimento do sistema de fábrica e pela expansão da mão-de-obra independente, o que requeria que os indivíduos fossem libertos dos constrangimentos tradicionais, nas suas oportunidades de mobilidade e emprego” (Crompton, 2006: 1). A produtividade e a riqueza aumentaram rapidamente nas sociedades capitalistas devido a estes desenvolvimentos sociais e técnicos. As mudanças na família acompanharam estas mudanças mais gerais. À medida que as famílias passaram de unidades de produção para unidades de consumo, a produção familiar para o consumo da casa foi-se tornando menos importante.

A par do mercado capitalista desenvolveu-se o liberalismo político, insistindo nos direitos contratuais dos indivíduos autónomos e livres. No entanto, estes direitos não foram estendidos às mulheres, que se encontravam subordinadas por lei à dominação patriarcal. Na Europa e nos EUA, a par da luta pelos direitos políticos e civis das mulheres, encontra-se uma mudança no modo de pensar a mulher e a família. Formou-se uma ideologia de esferas separadas, em que o homem é considerado dominante e como estando mais adequado para a esfera pública do emprego, enquanto as mulheres são consideradas como responsáveis pela esfera doméstica ou privada. Em simultâneo desenvolve-se uma divisão do trabalho em que o homem é considerado como o provedor da família – *male breadwinner* –, isto é, em que o homem se especializa no trabalho pago e a mulher no trabalho não pago – cuidados às crianças e tarefas domésticas. Este modelo do *male breadwinner* foi apoiado pela separação institucional das mulheres da esfera pública e de grande parte da esfera económica, construindo a sua identidade e realização pessoal de forma mediada, através das conquistas do marido e dos filhos. No entanto, nas últimas décadas do século XX, o modelo de *male breadwinner* começa a definhar, levando a transformações profundas nas relações de género e nas normas e atitudes que lhes estão associadas (*idem*).

A partir dos anos 70, o ritmo da mudança tecnológica e as novas formas de organização do trabalho geraram uma série de comentários sobre a mudança irrevocável do trabalho. O que aconteceu, de facto, foi que, a par de várias continuidades, existiram

¹ Este *working paper* teve por base uma comunicação apresentada na sessão: “Relações trabalho-família: práticas, significados e conflitos latentes” do Seminário *Amar e Trabalhar na Europa*, organizado pelo CIES-ISCTE, que decorreu nos dias 14 e 15 de Fevereiro de 2008.

também mudanças: o emprego tornou-se mais flexível, continuou a declinar nas fábricas, enquanto nos serviços tem aumentado; os empregados a tempo inteiro e com contratos permanentes são sujeitos a uma variedade de práticas de trabalho flexíveis (por exemplo, o trabalho por turnos ou horas extraordinárias sistemáticas); o trabalho a contrato tem vindo a aumentar, proliferando os contratos e os tempos de trabalho não padronizados, desenvolvimentos estes impossíveis de monitorizar nas estatísticas de emprego nacionais; as práticas de gestão mudaram e desenvolveram-se, tendo sido introduzidas, em várias organizações contemporâneas, práticas de recursos humanos de grande empenhamento – *high-commitment* (por exemplo, trabalho de equipa, avaliação e formação individual, pagamento de acordo com o rendimento) –, que procuram obter um maior esforço da parte dos empregados (*idem*).

Com a erosão do modelo de *male breadwinner* e com as transformações sociais, culturais e no campo do trabalho durante o século XX, num número cada vez maior de países as mulheres foram adquirindo gradualmente direitos políticos e civis, se bem que os direitos relativos à não-discriminação de sexos e à igualdade no pagamento apenas ficaram assegurados no fim da segunda guerra mundial. Como consequência destas mudanças e de outras, como os desenvolvimentos científicos, patentes, por exemplo, na existência de uma contraceção eficiente, ou as mudanças nas atitudes relativas aos papéis e às relações de género, um número cada vez maior de mulheres entrou e permanece no mercado de trabalho.

No entanto, os padrões materiais e normativos continuam a existir. No que diz respeito às mulheres, um dos elementos mais significativos da incorporação do tradicionalismo é a persistência de uma ideologia de domesticidade, em que os cuidados com os outros são normativamente atribuídos às mulheres, continuando elas a realizar a maior parte deste trabalho (*idem*).

Ora, mas se são atribuídos à mulher, como prioridade máxima do seu tempo, o cuidado com a família e o lar, ao longo de todo o século XX a maioria das portuguesas casadas exerceu algum tipo de actividade com importância ao nível económico ou esteve directamente inserida no mercado de trabalho: no campo, nas fábricas, no comércio ao lado dos homens ou nos serviços pessoais domésticos, apesar de este trabalho ter permanecido “invisível ou subestimado” (Torres, 2004: 143). Esta situação permaneceu no entanto obscurecida, por razões ideológicas e devido ao modelo ideal da mulher dona de casa e dedicada aos filhos (que, porém, era posto em prática apenas por um número reduzido de mulheres burguesas).

Contudo, é especialmente depois de 1974 que Portugal, de forma mais marcada, acompanha o movimento que se faz sentir a partir dos anos 60, na maioria dos países ocidentais, de “erosão do modelo ideal de domesticidade das mulheres” e de “generalização da actividade feminina directamente para o mercado em quase todas as áreas e sectores sociais” (*idem*: 144). Actualmente as taxas de actividade de homens e mulheres são muito próximas, todavia mantendo-se as discriminações e desigualdades. Mas as mulheres, independentemente de necessitarem ou não de trabalhar por motivos económicos ou do seu estatuto socioeconómico, desejam realmente trabalhar “no exterior”. Para além das motivações económicas, o exercício de uma actividade profissional está relacionado com a “autonomia e capacidade de decisão no contexto conjugal, o reconhecimento de competências, a fuga ao que é pressentido como um fechamento doméstico e restrição de sociabilidade” (*idem*).

Assiste-se assim à desvalorização do ideal de mulher doméstica, que não é mais visto como um factor de identificação. Pelo contrário, “o trabalho profissional surge como dimensão importante da respectiva identidade pessoal e social” (*idem*). Valoriza-se agora uma imagem de mulher companheira, “igual em direitos e deveres”.

Com a passagem da mulher-natureza para a mulher-indivíduo (Torres, 2001) o campo profissional tornou-se central na vida das pessoas, homens ou mulheres. Mas como será que o percebem? Que peso tem o trabalho nas suas vidas? Que influências tem na família? São estas as questões a que se vai tentar dar resposta ao longo deste artigo, utilizando para tal informações conseguidas em entrevistas em profundidade realizadas a indivíduos no contexto de casal – para desta forma se compreender a visão feminina e masculina –, de três regiões do país – Lisboa, Porto e Leiria –, em três momentos diferentes da relação conjugal – o tempo de instalação, o tempo das mudanças e das transições, e o tempo da conformação ou da realização pessoal (Torres e Moura, 2004) –, e de três pertenças sociais – os operários, a pequena burguesia técnica e de enquadramento, e a pequena burguesia intelectual e científica. Estas entrevistas integram-se no âmbito de dois projectos de investigação sociológica coordenados pela professora Anália Torres: “Contextos conjugais e divisão do trabalho entre homens e mulheres” e “Trabalho, família, igualdade de género e políticas sociais”.

Com o objectivo de captar os significados do trabalho para homens e mulheres e os seus desejos de mudança, a influência do trabalho na vida familiar e a existência (ou não) de sinais de precariedade e/ou flexibilidade no mercado de trabalho e sua influência na vida dos indivíduos, estrutura-se o artigo num primeiro capítulo de

reflexão teórica sobre a complexidade do conceito de trabalho e num segundo capítulo onde se realizará a análise crítica das informações disponíveis. Para finalizar, nas conclusões procurar-se-á aprofundar a discussão empírica e teórica.

I. A centralidade do trabalho: uma contextualização

As sociedades contemporâneas são, nos dias hoje, palco de grandes e complexas mudanças que afectam várias dimensões da vida (Silva, 2007), nomeadamente transformações no comportamento e formação familiar, com o declínio das taxas de divórcio, o aumento da coabitação, o aumento da idade ao casamento, o declínio das taxas de fecundidade. Também o mundo do trabalho tem sofrido grandes alterações, mas que não lhe retiram a centralidade que tem na sociedade e na vida dos indivíduos – uma das dimensões mais valorizadas por estes. O trabalho interpenetra a esfera da família e das sociabilidades, denotando, deste modo, a sua importância nas dimensões mais subjectivas e íntimas da vida dos indivíduos, assim como a sua importância para a estruturação das identidades pessoais (*idem*).

A centralidade do trabalho é algo “estrutural e estruturante das sociedades” (*idem*: 88). Apresenta-se como “uma actividade central que estrutura a vida dos indivíduos e a vida social em geral” (*idem*), sendo um meio de produção de riqueza mas também de integração social, numa economia de pleno emprego. O trabalho pago é uma fonte importante de desenvolvimento do indivíduo, enquanto factor de produção e de socialização, expressão de qualificações, algo profundamente relacionado com a valorização do trabalho e com a evolução dos modos de prestação deste, fonte de emanção de direitos sociais e de cidadania, direito universal, “fonte e espaço de dignidade e valorização humana” (*idem*) e condição de acesso a padrões de consumo e estilos de vida (*idem*; Casaca, 2005; Crompton, 2006; Torres, 2004; Torres *et al.*, 2006), conferindo estatuto social ao trabalhador (Kóvacs, 2002).

Deste modo, o trabalho constitui um termo complexo e ambíguo, significando, simultaneamente, “uma actividade física e intelectual; um acto compulsório, mas também um acto de criação que constitui uma fonte de desenvolvimento e de satisfação; é um meio de subsistência, mas ao mesmo tempo, uma forma de auto-realização e fonte de rendimento, de estatuto, de poder e de identidade” (Kóvacs, 2002).

Desde a revolução industrial, o trabalho na economia capitalista tem sido organizado de modo a exigir a lealdade do trabalhador, como é explícito numa vida

inteira de trabalho (Oakley, 1976, cit. em Cook, 1992). Os trabalhadores podiam corresponder às exigências de tempo, visto que podiam “assumir uma esposa não paga em casa, a cuidar das necessidades de um trabalhador ocupado a tempo inteiro” (Cook, 1992: 204). Esposa essa que, no entanto, apenas ganhava benefícios de forma indirecta, mediada, como mãe e esposa, enquanto o homem ganhava o salário familiar e os benefícios com este relacionados, quando estava empregado a tempo inteiro (Pateman, 1989, cit. em Crompton, 2006).

Este ponto de vista continua a existir ainda actualmente, explicando a permanência da segregação entre homens e mulheres, tanto nas sociedades capitalistas (e especialmente nestas) como nos estados comunistas (estes delegaram, em maior número, as tarefas da família nas instituições patrocinadas pelo Estado), o que é patente, por exemplo, nos salários mais baixos das mulheres e no facto de se considerar que a primeira lealdade das mulheres é para com a família (ao contrário do que acontece com os homens) (Kessler-Harris, 1982, cit. em Cook, 1992; Crompton, 2006; Torres, 2004).

Embora as mulheres representem quase metade dos trabalhadores, continuam a trabalhar sob as condições, atitudes e costumes estabelecidos por um “código doméstico” (Kessler-Harris, 1982, cit. em Cook, 1992; Crompton, 2006; Torres, 2004) desenvolvido no século XIX, de acordo com um modelo de *male breadwinner*, assente “num modelo essencialista do carácter inato e natural das diferenças entre sexos” (Crompton, 2006: 2). Ou seja, as mulheres, ao entrarem no mercado de trabalho, entram num mundo construído por e para os homens; homens estes para quem as tarefas domésticas são periféricas em relação às suas vidas de trabalho (Cook, 1992). Por seu turno, as mulheres “entram no mercado de trabalho carregadas com todas as responsabilidades da casa” e, portanto, com “uma dupla sobrecarga” (*idem*: 205).

Como referem Beck e Beck-Gernsheim (1995), enquanto as mulheres engravidarem, cuidarem dos filhos e sentirem que estes são parte essencial das suas vidas, as crianças continuarão a ser “obstáculos” (*idem*: 30) na competição pelos empregos. Muitas mulheres são “apanhadas nesta rede”, tendo que fazer escolhas, frequentemente difíceis, entre o trabalho e a família, tendo que reconciliar condições e expectativas contraditórias com que se deparam em diferentes fases da sua vida. Efectivamente, a divisão desigual das tarefas e da responsabilidade entre homens e mulheres no contexto familiar limita muitas vezes o investimento que estas fazem na sua profissão; limites estes que, por sua vez, são reforçados por motivos exteriores à

vida familiar, gerados em contexto de trabalho, mantendo a “produção e reprodução da discriminação feminina” (Torres *et al.*, 2004: 147).

Por seu turno, os homens mantêm o seu papel de trabalhadores, profissionais de carreira, com independência financeira suficiente. Os deveres da parentalidade podem ser realizados em “pequenas doses” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995: 31), não sendo considerados como obstáculos ao objectivo de conseguir uma carreira, na medida em que o trabalho surge como prioritário. No caso dos homens, “paternidade e carreira, independência económica e vida familiar não são contradições com as quais se tem que lutar” (*idem*), estando, ao invés, de acordo com os papéis lhes são atribuídos. Deste modo, “a individualização, no sentido de fazer uma vida no mercado de trabalho, encoraja os homens a comportarem-se de acordo com os papéis masculinos tradicionais” (*idem*).

Contudo, para que os indivíduos, homens ou mulheres, sejam auto-suficientes é necessário que trabalhem a tempo inteiro. O desenvolvimento de uma carreira pressupõe a realização de um trabalho a tempo inteiro e a disponibilidade para fazer horas extra. Na medida em que as mulheres tomam a responsabilidade das tarefas domésticas e dos cuidados à família, para muitas delas é difícil disporem do tempo necessário para ascenderem na sua actividade profissional. Neste sentido, o trabalho em *part-time* não parece ser compatível com o desenvolvimento de uma carreira (Crompton, 2006). O facto de as mulheres em ocupações mais desqualificadas conciliarem trabalho e família deixando de trabalhar ou passando a fazê-lo em *part-time* ajuda a aumentar as desigualdades materiais de classe, para além de elas continuarem a ter problemas de dependência (*idem*).

O trabalho em *part-time* é uma das medidas discutidas desde a década de 1980 e que se relaciona com todo o debate à volta da flexibilidade do emprego (Crompton, 2006). Para vários autores o crescimento do capitalismo flexível é pensado como sendo uma das soluções para as tensões entre trabalho e família. O trabalho flexível, como em *part-time* ou com isenção de horário, uma semana de trabalho um pouco menor que as 40 horas (Cook, 1992; Crompton, 2006) poderiam permitir ao indivíduo conciliar trabalho e família. No entanto, outros autores referem que a flexibilidade no emprego, concentrada sobretudo nas mulheres, não é geralmente associada ao sucesso no mercado de trabalho, tendendo os trabalhadores flexíveis a ficar em posições mais baixas (Crompton, 2006). Esta flexibilização do trabalho reenvia para o sistema de apoio à

família, para a necessidade de se repensar e adaptar os horários, que tendem a ser rígidos, não respondendo muitas vezes às novas exigências do trabalho.

Em Portugal, a mudança na estrutura de trabalho e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho devem ser explicados por várias razões. A partir da década de 1960, a guerra colonial e a emigração, especialmente a partir das zonas rurais, levaram à existência de um défice de mão-de-obra masculina e ao recrutamento de mulheres em todos os sectores profissionais (André e Feio, 2000; Torres, 2004; 2006; Torres *et al.*, 2004; 2006). No caso das mulheres com um estatuto socioeconómico mais desfavorecido, houve a oportunidade de procurar trabalho nas grandes cidades, em fábricas ou como empregadas domésticas. Por seu turno, as mulheres mais escolarizadas (com ensino secundário ou superior) tinham oportunidades de emprego na função pública, nas empresas ou como professoras, contando com a ajuda de apoios domésticos baratos, o que lhes permitia conciliar a vida profissional com a vida familiar (Torres, 2004; 2006; Torres *et al.*, 2004; 2006). Nos meios rurais, as mulheres ganham um papel mais activo nas actividades agrícolas (André e Feio, 2000). Com o 25 de Abril de 1974, a guerra colonial chega ao fim, mas deu-se simultaneamente uma maior abertura aos ideais de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, que são transpostos na lei, permitindo a permanência da mulher no mercado de trabalho.

No entanto, este desenvolvimento foi acompanhado por um considerável grau de exclusão social e aprofundamento das diferenças sociais. A população feminina, devido às tarefas e responsabilidades que tem na família, vê-se ainda confrontada com uma maior dificuldade no seu progresso profissional num mercado de trabalho altamente competitivo (André e Feio, 2000). Actualmente as taxas de actividade de homens e mulheres são muito próximas, todavia mantêm-se as discriminações e desigualdades.

Nos últimos anos, Portugal tem-se afirmado enquanto um dos países da União Europeia com maior taxa de actividade profissional feminina a tempo inteiro (65% de mulheres trabalhadoras actualmente, 84% trabalhando a tempo inteiro, com poucas interrupções da actividade laboral ao longo da vida – Crompton e Lyonette, 2007); assim, as mães portuguesas mantêm uma relação contínua com o mercado de trabalho, independentemente da idade dos seus filhos (Torres, 2004; 2006; Torres *et al.*, 2004; 2006; Casaca, 2005). Ao contrário do que acontece em muitos outros países da Europa, onde o regime de trabalho a tempo parcial é a escolha de mães com filhos pequenos, as

mulheres portuguesas trabalham, sobretudo, a tempo inteiro, sendo, aliás, Portugal o país onde as mães de crianças até aos 10 anos trabalham mais horas por semana.²

No contexto da União Europeia, Portugal encontra-se também entre os países em que mais horas se trabalha durante a semana, variando a duração média do horário de trabalho semanal a tempo inteiro em Portugal entre as 36 e as 40 horas semanais (Casaca, 2005), sendo segundo Crompton e Lyonette (2007) de 41,9 horas para os homens e 39,2 horas para as mulheres. No entanto, quando se trata de homens e mulheres com filhos de menos de 10 anos passa para 46,4 horas e 45,9 horas por semana em média, respectivamente (Torres *et al.*, 2004). Portugal tem assim o mais baixo diferencial entre sexos no que se refere ao tempo dedicado ao trabalho pago.

As mulheres portuguesas com idades compreendidas entre os 25 aos 49 anos (fase da maternidade) são das que menos trabalham a tempo parcial (Casaca, 2005). No entanto, são também as mulheres que estão mais sujeitas a contratos de vínculos laborais mais precários. Desde a década de 1980 que se assiste em Portugal a uma tendência para o crescimento da flexibilidade do emprego. No nosso país esta está associada a um padrão de relações laborais precárias, sendo as modalidades flexíveis de emprego atravessadas por uma linha de género, em que os homens estão mais representados no trabalho por turnos, no trabalho nocturno e no emprego por conta própria, e as mulheres no trabalho a tempo parcial e no emprego temporário. Em 2002, 48% das mulheres em Portugal estavam envolvidas numa relação contratual precária há mais de três anos. Na maior parte dos países da UE, a taxa de desemprego feminino é também superior à masculina (*idem*; André e Feio, 2000). Em 2003, em Portugal as mulheres totalizavam 53% dos desempregados (Casaca, 2005).

Consequentemente, “as estruturas do emprego masculino e feminino mantêm características distintas”, existindo uma maior “dispersão relativa das mulheres por grupos profissionais e maior concentração dos homens em certas profissões” (Torres *et al.*, 2004: 86). Embora se encontre uma certa “preponderância feminina em sectores de actividade caracterizados por altas qualificações escolares, como é o caso das profissões intelectuais e científicas” (*idem*), os empregos femininos são muitas vezes empregos com baixos salários e com poucas perspectivas de estabilidade, mais precários e com

² Em Portugal, o peso do tempo do trabalho a tempo parcial na actividade feminina é pouco significativo (10,8%), para além de que as condições de trabalho neste regime não se traduzem em verdadeiras opções, visto situarem-se em sectores profissionais pouco qualificados e com precariedade de emprego.

poucas ou nenhuma oportunidades de desenvolvimento profissional (Casaca, 2005; Torres, 2006).

Deste modo, as mulheres estão mais sujeitas a trabalhos precários e mal pagos, ao desemprego e ao trabalho a tempo parcial (indicadores das desiguais oportunidades no mercado de trabalho), o que tem a sua correspondência na maior valorização do salário do cônjuge como fonte de subsistência para o agregado doméstico e conseqüente desvalorização do trabalho feminino. Os constrangimentos existentes ao nível do trabalho pago tornam-se uma fonte de legitimação para a divisão assimétrica do trabalho não pago no interior da relação conjugal (Torres *et al.*, 2004). Esta divisão ideológica entre um homem a quem cabe o papel instrumental de ganha-pão da família e uma mulher a quem cabem as funções expressivas dos cuidados com a casa e com os filhos acaba por ser incorporada pelas empresas, que criam expectativas diferenciadas quanto ao papel do homem e da mulher, a quem ligam sempre os cuidados com a família.

No entanto, para as mulheres o trabalho profissional não corresponde apenas à resposta a uma necessidade, surge também como fonte de sociabilidades, produtor de identidade social, indispensável para permitir a melhoria das condições de vida da família e o aumento do poder negocial no interior da relação conjugal (Torres *et al.*, 2004). Esta percepção do trabalho enquanto fonte de realização pessoal, de construção identitária e de sociabilidade é tanto mais forte quanto mais escolarizada for a mulher, sendo muito mais provável as mais escolarizadas estarem empregadas do que as menos escolarizadas, diferenças essas que são reforçadas aquando da maternidade (Crompton, 2006). O que reenvia para as crenças, os comportamentos e as normas que originam essas representações. Para diversas mulheres, as oportunidades de emprego existentes, sendo mal pagas, podem não ser vistas como alternativas atractivas em relação à domesticidade. Do mesmo modo, as opções de cuidados às crianças disponíveis, para uma família com um orçamento limitado, podem não compensar os efeitos negativos que pensam ter nas crianças. Estando aqui em causa o conceito de classe social, ele não se pode limitar a categorias económicas ou materiais, tem também de englobar “práticas culturais e normativas, que servem elas próprias para manter a diferenciação de outras classes. As interações sociais, as práticas culturais e os estilos de vida não são distribuídos de forma aleatória, têm antes padrões ordenados e consistentes que também são hierárquicos” (Crompton, 2006: 164-165).

Deste modo, as mulheres operárias ou com profissões intermédias têm menores probabilidades de estar empregadas quando têm filhos abaixo da idade escolar, do que

as mulheres que são quadros de direcção. Bem como os quadros intermédios e os trabalhadores manuais têm atitudes em relação aos papéis de género mais conservadoras e têm maior probabilidade de referir, no que diz respeito à vida familiar e às crianças, que estas vão sofrer se a mãe trabalhar. Tal como os quadros intermédios e os trabalhadores manuais têm menos probabilidade de se sentirem satisfeitos com o seu trabalho (*idem*).

Ora, se os resultados de várias pesquisas remetem para a importância do trabalho na vida dos indivíduos, apercebemo-nos também que estes não têm uma relação igual com o mercado de trabalho. Assim, o facto de se ser mulher ou homem, de se pertencer a diferentes posições socioeconómicas e de se viver em diferentes regiões condiciona as formas como os indivíduos se inserem no mercado de trabalho, os significados que estes lhe atribuem e as suas influências na família. São então estas questões que se pretende aprofundar ao longo deste artigo. Procurar-se-á mostrar que, no geral, os entrevistados valorizam a actividade profissional. Deste modo, tanto os homens como as mulheres, mesmo as mães de filhos pequenos, trabalham e querem trabalhar a tempo inteiro. O trabalho tende a influenciar a vida dos entrevistados, quer num sentido positivo, através da valorização da identidade, do ganho de autonomia e de bem-estar, quer num sentido mais negativo, devido ao menor tempo de que os indivíduos dispõem para a família, e ao stresse, cansaço e preocupações que traz. Contudo, estas questões serão vividas, como referido anteriormente, de forma diferenciada consoante a posição social dos indivíduos.

Pretende-se ainda perceber se entre os entrevistados existem alguns sinais de precariedade no mercado de trabalho e de que modo estes se reflectem na vida dos indivíduos.

I. Homens e mulheres querem trabalhar: a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos

Tal como Carvalho da Silva (2007) defende, o trabalho revela-se, para os entrevistados, algo central na sua vida, sendo um plano da sua existência de que não querem abdicar, dadas todas as suas propriedades instrumentais, como fonte de rendimento, mas também dadas as suas propriedades mais expressivas, como fonte de integração social, estatuto e sociabilidade, construtor identitário e espaço de valorização

e realização pessoal (*idem*; Casaca, 2005; Crompton, 2006; Kóvacs, 2002; Torres, 2004; Torres *et al.*, 2006). Deste modo, a esmagadora maioria dos indivíduos entrevistados valoriza a sua actividade profissional; a maioria das mulheres portuguesas, inclusive as mães de filhos pequenos, trabalham a tempo inteiro e querem trabalhar no exterior (Torres, 2004; 2006; Torres *et al.*, 2004; 2006; Casaca, 2005), o que é reflexo também de outra característica da actividade profissional, que é esta implicar um ganho de poder na relação conjugal e maior autonomia (Torres 2004; 2006).

Sobre a centralidade do trabalho na vida individual

Em Portugal, homens e mulheres tendem a trabalhar a tempo inteiro e de forma intensiva, não interrompendo geralmente a sua actividade profissional, sendo dos países da Europa em que as mães com os filhos pequenos mais horas trabalham (Torres, 2004; 2006; Torres *et al.*, 2004; 2006; Casaca, 2005). Desta forma, o casamento e a maternidade parecem não limitar, significativamente, o acesso das mulheres portuguesas ao emprego. A ideia da mulher doméstica tornou-se um estereótipo ultrapassado. Existe uma valorização cultural do trabalho profissional das mulheres, que leva a que estas não saiam do mercado de trabalho devido à vida familiar, mesmo em situações em que não é necessária a existência de dois salários (André e Feio, 2000).

Como várias pesquisas, de carácter quantitativo e qualitativo, têm vindo a referir, o trabalho é considerado como uma dimensão fundamental da vida dos indivíduos (Carvalho, 2007; Casaca, 2005; Kóvacs, 2002; Torres, 2004; 2006; Torres *et al.*, 2004; 2006). No geral, tanto os homens como as mulheres, das várias gerações e posições sociais, valorizam o desempenho de uma actividade profissional.

Eu gosto do que faço. Trabalho a dias, não trabalho os dias todos da semana, também somos cinco pessoas cá em casa. Mas gosto, dá-me prazer sair das casas e deixar tudo limpinho, ver que valeu a pena o esforço. (Anabela Canhoto, 41 anos, empregada doméstica, Lisboa)

Gosto do que faço, se eu tiver em casa dois dias já sinto saudades de estar com os clientes, é evidente, porque a gente pode ter um dia mais mau que a coisa não esteja muito bem, mas a gente a conviver com os clientes é gratificante, aprende-se e, pronto, somos ouvidos. (Acácio Dias, 53 anos, empregado de balcão, Leiria)

Sempre gostei de estrada, sempre gostei de carros... E tem que se gostar muito daquilo que se faz, para a gente se conseguir manter nesta profissão! Eu gosto imenso daquilo que faço, e portanto vou continuar até quando puder. Mas está um bocado difícil. (Pascoal Ramos, 39 anos, motorista de máquinas perigosas, Porto)

Contudo, entre os profissionais da pequena burguesia intelectual e científica é comum os indivíduos falarem em realização profissional. É portanto neste sector social que parece existir uma maior expressão do trabalho como fonte de identidade pessoal, muitas vezes associada à perspectiva de construir uma carreira profissional, num sector de actividade geralmente valorizado. É isso mesmo que parece denotar o facto de serem os indivíduos da pequena burguesia intelectual e científica a revelar um forte sentimento de satisfação e de realização com o trabalho, não só profissional, como também pessoal. Está aqui presente a ideia de um percurso escolhido e construído: de um projecto realizado, tal como defende Torres (2004).

É aquilo que eu sempre quis fazer, adoro o comportamento humano. É aquilo que eu gosto de fazer, é muito importante até pela minha própria boa vontade pessoal, é muito importante, sinto-me bem comigo mesma. (Clarisse, 29 anos, psicóloga, Porto)

Sinto-me bem com o meu trabalho. Uma pessoa, é lógico, gosta sempre de evoluir na sua vida profissional. (Gaspar Mira, 29 anos, técnico superior do Ministério das Finanças, Lisboa)

Eu gosto de trabalhar. Na área de ciências gostava de quase tudo, depois optei por ir para a Academia Militar e fazer engenharia civil. Sempre fui considerado um bom técnico, gosto do curso, não me sinto frustrado, sinto que estou realizado. (Duarte Ventura, 62 anos, engenheiro civil, Lisboa)

Mas é também de sublinhar o caso das mulheres operárias, quer sejam operárias fabris ou empregadas domésticas, que se sentem satisfeitas com os seus trabalhos, mesmo quando estes são duros.

Eu gosto muito daquilo que faço. Primeiro porque trabalho com crianças e depois porque gosto muito de comunicar, de estar com pessoas diferentes. (Margarida Silva, 29 anos, empregada de balcão, Lisboa)

Eu gosto muito do que faço. O que faço, faço bem, com muito gosto. (Daniela Palmeira, 45 anos, empregada doméstica, Lisboa)

Sim e ainda faço... para mim, faço tudo, a roupa toda e agora vou fazer os cortinados para as janelas e eu gosto muito do trabalho que faço, para a costura é preciso ter muito gosto e muita paciência. (Aurora Monteiro, 56 anos, costureira, Porto)

Através dos discursos dos entrevistados, verificou-se que o trabalho das mulheres é largamente aceite pela maioria dos homens. Tal como as mulheres tendem a valorizar a actividade profissional do seu cônjuge, é também geral a satisfação que os homens exprimem em relação ao trabalho das suas esposas.

É um bom trabalho! E muito importante. Embora se diga tanto mal, os professores é que podem mudar a mentalidade do país... sem os professores, é impossível! (César Lourenço, 40 anos, engenheiro informático, analista de sistemas, Porto)

Tenho muito orgulho naquilo que ela faz, às vezes pode parecer utópico dizer isto tanto faz para colegas como para outra pessoa que me perguntam o que é que ela faz. É porteira com muita honra, ela é porteira, faz aquilo que muita gente não quer fazer, limpa aquilo que os outros sujam e eu tenho muita honra. E ela é porteira por uma questão de necessidade, porque precisamos da casa... E ela adaptou-se também a isto e assim temos a casa e vamos conseguindo ter uma vidinha melhor muito por mérito dela por se sujeitar a esta profissão (Bruno Portadas, 43 anos, jornalista freelancer, Lisboa)

É extremamente profissional, muito trabalhadora e dedicada, é uma pessoa de grande integridade em termos profissionais. (Duarte Ventura, 62 anos, engenheiro civil, Lisboa)

Quando estas estão numa situação mais precária em relação ao mercado de trabalho, isto é, em situações de desemprego ou de trabalho a tempo parcial, ou situações em que o trabalho não as realiza, os entrevistados, na maior parte dos casos, referem que gostariam que as suas esposas estivessem a trabalhar e conseguissem um trabalho que as fizesse felizes, demonstrando assim um reconhecimento da importância do trabalho para a realização pessoal e construção da identidade.

É uma preocupação ela estar desempregada e vê-la preocupada com isso. (Alexandre Gomes, 33 anos, técnico empresarial, Porto)

Eu não mudava nada [no trabalho da esposa]. Só eventualmente se fosse algo que a realizasse muito. (Joaquim Machado, 38 anos, profissional de seguros, Lisboa)

Trabalhou, agora está desempregada. Portanto, é mais uma etapa da vida dela. Trabalhou uns anos numa empresa multinacional e fez parte de uma daquelas revoadas que eles despedem... [...] Mas faz falta, sim, a ela! Porque uma pessoa que sempre trabalhou e de repente fica sem emprego, ela psicologicamente não fica nada bem. E ela sente-se uma mulher ainda capaz para trabalhar e é complicado sempre. (Ricardo Almeida, 43 anos, patrão de pequena empresa de calçado, Porto)

É também importante sublinhar que as mulheres são muito mais vulneráveis à precariedade no mercado de trabalho, quer no que respeita a situações contratuais e oportunidades de progressão na carreira, quer no que respeita ao desemprego (André e Feio, 2000; Casaca, 2005). O que reenvia então para a precariedade, a instabilidade e a insatisfação no e com o trabalho, analisadas de seguida.

A precariedade, a instabilidade e a insatisfação no e com o trabalho

Entre os entrevistados também se encontram indivíduos que não se sentem satisfeitos com o seu trabalho actual e/ou com o seu percurso profissional, devido ao contexto de precariedade que se vive no mercado laboral português actual. Esta situação reflecte-se no receio de alguns entrevistados de mudar de trabalho e no sentimento que têm em relação o estado actual do país, que consideram difícil no que toca ao mercado de trabalho, que no seu sector de actividade se encontra em crise ou que se confronta com vários problemas.

Contudo, e de acordo com o referido acima, em contexto europeu são sobretudo as mulheres a estar numa situação de desemprego ou de trabalho a tempo parcial (André e Feio, 2000; Casaca, 2005; Crompton, 2006; Torres, 2004; Torres *et al.*, 2004). No entanto, mesmo quando desempregadas, as mulheres sentem falta do trabalho e do que dele decorre, como as amizades que se fazem ou a realização pessoal que se ganha, expressando o desejo de voltar a trabalhar.³ Mesmo as mulheres que são mães de filhos pequenos querem trabalhar no exterior.

Tenho muita pena de não poder estar a trabalhar. Tinha mais convivência com as amigas, sentia-me melhor, não estava tão sozinha. O trabalho das limpezas é um trabalho muito puxado. (Amélia Costa, 51 anos, empregada doméstica, desempregada por doença, Lisboa)

Sinto falta do trabalho. [...] fazer o meu serviço como fazia, porque eu fazia o que mais ninguém lá dentro fazia. (Estela Ferreira, 31 anos, operária fabril, desempregada, Porto)

Estava bem no trabalho que estava, eu acho que sim, se estive lá dez anos, estou pior agora que sinto falta dele, sinto falta dos colegas, sinto falta de tudo e estou em casa e já estou saturada de estar em casa, é muito complicado, mesmo que a gente não goste muito do trabalho eu acho que é sempre bom porque estamos num ambiente diferente, porque saímos de manhã e entramos à noite, embora haja tudo para fazer depois, mas eu acho que nós precisamos disso para levar uma vida diferente para a frente porque estar em casa não é o meu hobbie favorito. (Elisa Almeida, 38 anos, empregada de escritório, desempregada, Porto)

No mesmo sentido, quando trabalham em *part-time*, as entrevistadas, sobretudo as mais jovens e mais qualificadas, exprimem o desejo de trabalhar a tempo inteiro, como se pode ver pelo caso de Mónica Amaral.

É assim, este último trabalho que eu fiz foi aquele que mais se aproximou com o curso que eu tirei e o trabalho que eu mais pus em prática aquilo que aprendi durante o curso, foi aquilo que se aproximou mais com o meu curso, agora a instituição em si não era uma instituição, como é que eu hei-de dizer, não era... primeiro era um part-time também, portanto, logo aí não me

³ Pensa-se ser significativo o facto de todas as mulheres do Porto da pequena burguesia técnica e de enquadramento com menos de 10 anos de duração de casamento se encontrarem desempregadas, enquanto as mesmas mulheres de Leiria têm ou tiveram uma actividade profissional em *part-time*.

realiza completamente um part-time e depois não era assim uma instituição nada de especial em que, fazia-me um bocado de confusão que eu é que tinha de gerir o projecto todo porque as outras pessoas não sabiam como fazer e então não há ninguém acima que diga estás a fazer isto bem, e aquilo fazia-me muita confusão não ter uma pessoa a dizer, não é por aí, mas foi bom, qualquer das formas foi bom, até porque estava a fazer mesmo papel de socióloga, não é, e isso é bom. (Mónica Amaral, 26 anos, socióloga, desempregada, Lisboa)

A situação de desemprego e de trabalho a tempo parcial reflecte-se na vida familiar de algumas destas mulheres de forma muito evidente. Estas assumem para si a responsabilidade da realização das tarefas domésticas.⁴ É uma situação considerada mais justa, visto que ele trabalha e traz o dinheiro para casa ou vem cansado. Mesmo quando é considerada injusta, é justificada pelo facto de ambos, à sua maneira, estarem a trabalhar para a casa.

Por eu não estar a trabalhar e por ele de dia, que é quando eu arrumo, tem que dormir porque ele trabalha à noite, tem que descansar. (Estela Ferreira, 31 anos, operária fabril, desempregada, Porto)

Eu faço mais, mas também não trabalho. Ele trabalha e traz o dinheiro para casa, e eu faço as coisas da casa. (Carla Sousa, 34 anos, empregada doméstica, desempregada, Lisboa)

Eu acho que quando estou mais aflita por algum motivo, ele ajuda. Quando não estou, quando estou mais disponível acho muito justo eu ter a responsabilidade da casa e de tudo, que parecendo que não, é muito, até com o miúdo é muita responsabilidade e muito trabalho, mas acho justo porque ele tem muito trabalho. (Madalena Amaral, 26 anos, socióloga, desempregada, Lisboa)

Neste sentido, não é de estranhar que as mulheres que trabalham em *part-time* exprimam o desejo de trabalhar a tempo inteiro, como nos mostram os casos de Márcia Barbosa e de Marília Rodrigues (ambas mães de crianças com aproximadamente dois anos de idade).

Gostava de trabalhar o dia todo, mas num sítio, não é andar a saltar de um lado para o outro, a correr. (Marília Rodrigues, 26 anos, atendimento ao público num posto dos CTT, Leiria)

Sinto-me parcialmente realizada, porque de facto trabalhar com idosos é muito interessante. [...] Mas de uma maneira geral sinto-me satisfeita, gostaria mais era de estar a tempo inteiro, porque aí também permitia desenvolver um trabalho maior. (Márcia Barbosa, 34 anos, directora técnica num lar de terceira idade, Leiria)

⁴ Neste caso parece ser mais significativa a existência ou não de actividade profissional do que a pertença de classe, na medida em que tanto os casais operários como os da pequena burguesia técnica e de enquadramento ou da pequena burguesia intelectual e científica referem que em caso de desemprego ela assume a responsabilidade pela realização das tarefas domésticas.

Relativamente à insatisfação perante a actividade profissional, algo que não significa uma recusa do trabalho, mas antes o desejo de desempenhar outro tipo actividade profissional, verifica-se que são sobretudo as mulheres da pequena burguesia técnica e de enquadramento, das diferentes durações de casamento, que mais se sentem insatisfeitas com o seu trabalho profissional (sendo nas entrevistadas com mais de 20 anos de duração de casamento em Leiria e Lisboa que esta situação é mais sentida).

Não estou muito satisfeita com o que faço. O salário que tenho não justifica o trabalho que faço. Nem pensar. Há uma parte do meu trabalho que gosto muito, que são as relações públicas. (Rosa Pereira, 35 anos, técnica superior de 2ª classe, Lisboa)

Eu tenho uma frustração enorme em relação a essa área. Não fiz o que gostaria de ter feito, que era um curso que acabei por nunca fazer. Tive um percurso profissional numa empresa durante 23 anos, que acabou por fechar. Aos 40 anos fiquei desempregada e tive que iniciar tudo... mas tem sido um bocado mau. A minha vida profissional é uma frustração. (Teresa Caixinha, 48 anos, contabilista, Lisboa)

Neste momento, estou cansada. Estou cansada, porque cada vez os clientes são mais exigentes, as pessoas são mais mal-educadas, depois dizem que a gente disse que não foi bem assim, quer dizer as pessoas... antigamente o banco, não havia o stresse, não havia nada disso. Hoje, a gente está com um cliente, demora mais, a fila está a aumentar e começa tudo a entrar em paranóia. [...]. É extenuante, a atender sempre público e com o stresse de que a caixa ao fim do dia tem que estar certa. (Emília Freire, 54 anos, bancária, Leiria)

Opondo-se a esta insatisfação das mulheres da pequena burguesia técnica e de enquadramento encontra-se o conformismo das mulheres operárias, especialmente das mulheres mais velhas, que mesmo não gostando do trabalho que realizam consideram que têm que se conformar com a sua situação, devido às suas responsabilidades familiares, à sua idade, à falta de qualificações ou à situação actual do mercado de trabalho.

É uma frustração. Se não fosse viver na cidade de Lisboa, se não fosse a habitação em si... acho que não nasci para isto. Mas é o que se pode ter. Sabe que hoje em dia não é fácil viver só dos ordenados, não ter a ajuda de ninguém, termos casado muito cedo, não termos um curso... e depois vêm os filhos... fica muito difícil. Foi assim, teve que ser. Mas é claro que não gosto de estar aqui. E estes condóminos não são fáceis de aturar... se fossem novos. (Sandra Portadas, 38 anos, porteira, Lisboa)

É assim, gostava de experimentar outra coisa melhor, mas como derivado à minha idade e aos problemas de emprego que há, pronto, fico conformada com aquilo que faço. Gosto de trabalhar ao balcão, mas se calhar ambicionava outra coisa, sem estar sempre aqui. Não sou pessoa de mudar muito, não é? Estou aqui há 11 anos, mas gostava, mas como sei a dificuldade e isso, conformo-me, resigno-me. Também apanhamos pessoas ao balcão, num bar, embora seja um barzinho de colectividade, apanhamos muita coisa, não é? Apanhamos às vezes pessoas

desagradáveis e isso, e pronto, mas tem que se fazer. (Juliana Dias, 45 anos, empregada de balcão, Leiria)

Contudo, também se sentem alguns sinais de insatisfação entre as mulheres da pequena burguesia intelectual e científica com menos de 10 anos de duração de casamento. Esta insatisfação pode dever-se ao desejo de mudar para uma profissão que as realize mais. Assim, mais uma vez os dados parecem demonstrar que as mulheres deste sector social, com elevadas expectativas de prosseguir uma carreira profissional, podem sentir-se frustradas nessas mesmas expectativas, devido à necessidade de articular trabalho e família. Estas mulheres parecem então colocar a sua carreira em situação de *stand-by*, aguardando por um período em que existam menos constrangimentos decorrentes da maternidade, para poderem investir na sua actividade profissional, um aspecto que se configura como central nas suas vidas (Torres, 2004; Torres e Moura, 2004).

O que reenvia para o destacado por Beck e Beck-Gernsheim (1995). Ou seja, enquanto as mulheres sentirem que a conjugalidade e a maternidade são parte da essência da mulher, devendo ser a sua prioridade, e enquanto não existir uma divisão mais igualitária do trabalho não pago, vão continuar a estar limitadas na evolução da carreira, pelo menos nos primeiros anos de casamento, em que se estão a adaptar ao cônjuge, à maternidade, mas também às exigências profissionais.

Eu neste momento confesso-lhe, eu estou a exercer desde que acabei o curso, portanto, fiz o estágio e comecei logo, estou um bocadinho saturada, estou cansada mesmo, apetecia-me dar uma viragem enorme na minha vida, mudar de profissão, fazer outra coisa que nada tivesse a ver com o direito. (Paula Antunes, 29 anos, advogada, Lisboa)

Eu tenho essa ambição de um dia poder gerir... às vezes canso-me um bocado. Já estou nisto quase há dez anos e às vezes canso-me um bocadinho e gostava de ter outro emprego para mudar um bocado de ares, mas pronto. Nesta altura está tudo um bocado difícil e para estar a mudar e depois não ser muito estável e isso... se eu fosse solteira se calhar não pensava duas vezes e tentava uma coisa diferente, nem que seja à experiência, mas com família e com os encargos que se tem, a gente não pode estar assim a arriscar muito. Mas eu gosto do sítio onde trabalho, só gostava é de ter outras experiências. Depois um dia pode ser que surja uma oportunidade. Não sei, logo se vê. (Carolina Arroiteia, 33 anos, contabilista, Leiria)

A acrescentar à maior precariedade profissional das mulheres e à consequente desigualdade na divisão das tarefas domésticas, algumas delas parecem continuar a referir a existência de alguma discriminação e diferenciação ao nível salarial e de ascensão de carreira, reflexo ainda de uma ideologia tradicional de género, em que as

mulheres são consideradas primeiro como mães e esposas e só depois como profissionais, não sendo necessário auferirem a mesma remuneração que os homens, visto que estes é que têm de prover a família com os bens materiais (Kessler-Harris, 1982, cit. em Cook, 1992; Crompton, 2006; Torres, 2004).⁵

Já [sentiu algum tipo de discriminação]. Do ordenado eu sou e hei-de continuar a ser discriminada em relação aos homens. (Graça Matias, 39 anos, empregada de supermercado, cortadora de carnes, Leiria)

Agora, em relação à minha experiência pessoal, eu não... e como eu trabalho, estou ligada a um meio onde existem muitos homens, as mulheres, digamos, têm quase sempre a função de secretárias, ou portanto, quase nenhuma tem, ou é muito raro encontrar, até hoje encontrei duas mulheres, neste tempo todo que têm direcções técnicas, portanto, têm a parte técnica que geralmente é, são os homens que a têm. E não há dúvida nenhuma que há diferenças, há diferenças e, portanto, que mulher tem que ser melhor que o homem para conseguir obter, e às vezes nem consegue, mas pelo menos conseguir obter o mesmo nível de remuneração, ser reconhecida até, isso é mais, é mais exigente. (Manuela Veríssimo, 43 anos, proprietária de empresa unipessoal na área da engenharia assistida por computadores, Leiria)

No entanto, se, como se constatou, o desemprego, o *part-time* e a insatisfação com a actividade profissional afectam sobretudo as mulheres, existem sinais de que a precariedade afecta também os homens. Alguns dos entrevistados referem também sentir alguma insatisfação com a sua actividade profissional, repercutindo a existência de instabilidade, problemas e/ou mudanças no mercado de trabalho ou em certos sectores deste.

Assim, entre os operários parece existir, no caso dos mais jovens, um sentimento de distanciação face à actividade profissional dos operários mais velhos, que contrasta claramente com a ideia de um ofício que traz um ganho de identidade aos indivíduos e os identifica socialmente.

Sinto uma necessidade e também um prazer por o fazer. (Valter Sousa, 37 anos, pintor de automóveis, Lisboa)

Comecei desde criança a moldar o ferro, com o meu tio. Claro que não era eu que o fazia, mas já ajudava. As crianças iam trabalhar muito cedo. Para merecer o almoço e o jantar, tinha que fazer alguma coisa. Ao meu tio agradeço, a habilidade que me deu para eu moldar o ferro, trabalhar em qualquer máquina. Gosto muito daquilo que faço, porque se não gostasse, de certeza que já estaria reformado. (Leonel Monteiro, 51 anos, serralheiro mecânico, Porto)

⁵ Embora só existam perguntas directas sobre a discriminação a nível salarial e a ascensão na carreira para Leiria, e mesmo verificando-se que muitos dos entrevistados consideram que não existe discriminação a estes níveis, não deixa de ser significativo o exemplo destas mulheres, visto serem representativas de uma situação que ainda perdura no país.

Contudo, entre os operários mais velhos, sobretudo de Lisboa, existe também algum inconformismo perante as tarefas desempenhadas na actividade profissional. Segundo estes operários, actualmente existe uma necessidade de polivalência no local de trabalho que não lhes permite desempenhar o seu ofício, o qual era, para estes, fonte de uma grande satisfação. Acresce ainda que, para estes operários, a precariedade do trabalho se repercute também nas dificuldades de colocação, que os podem levar a pedir a reforma antecipada, ou no tipo de trabalho que aceitam realizar.

Era o que tinha que fazer, não havia outro, não aparecia outro, estava a precisar, aceitei e pronto, sacrifiquei-me e trabalhei. (Amadeu Bento, 66 anos, técnico de limpezas, Lisboa)

Eu sinto-me lesado pela falta de trabalho que há por aqui. Apesar de estar reformado sempre quis trabalhar e não há. Sou novo. Tive que me reformar porque precisava de dinheiro para me sustentar a mim e à mulher. Tive que ir para a reforma antecipada por causa disso, senão não ia. (Patrício Oliveira, 62 anos, serralheiro mecânico naval, Lisboa)

Tento desempenhar o melhor que sei e posso, apesar de saber que a idade está um bocadinho mais avançada e que pouco ou nada pode evoluir. Sinto que tenho de ser cada vez mais polivalente. Com a evolução da tecnologia e com a falta de acompanhamento das possibilidades as coisas são diferentes. Dantes as pessoas aprendiam a fazer as coisas na prática, agora estudam e não sabem nada depois na prática. A culpa não é delas, a culpa é do sistema e somos nós que temos de dar um bocadinho a mão a essas pessoas mais novas. Mas esses às vezes começam a pôr o pé em cima daqueles que lhes ensinam na prática, portanto temos de saber fazer um pouco de tudo, senão o patrão manda-nos embora. (Afonso Pontes, 56 anos, serralheiro mecânico, Lisboa)

Os entrevistados da pequena burguesia técnica e de enquadramento com menos de 20 anos de casamento e do Porto referem frequentemente que o seu sector de actividade está a passar por momentos de alguma instabilidade e dificuldade. Em Lisboa fala-se também em desmoralização e da grande pressão a que podem estar sujeitos.

Eu estou num sector que, neste momento, não me inspira muita confiança, porque a têxtil em Portugal, sempre esteve em dificuldades, mas agora... com esta história da globalização, com a entrada desenfreada dos chineses... Está cada vez mais complicado. O país está a ficar sem indústria. (Alexandre Gomes, técnico empresarial, Porto)

Neste momento uma grande pressão. Fomos comprados por uma empresa estrangeira e está um bocado complicado. Há muita gente que vai embora. Está complicado. E isso interfere bastante... eu era uma pessoa alegre e bem-humorada e não tenho conseguido estar assim. (Joaquim Machado, 38 anos, profissional de seguros, Lisboa)

No caso dos entrevistados da pequena burguesia intelectual e científica com mais de 10 anos de duração de casamento, existem referências à dificuldade de desenvolvimento de certas actividades profissionais, em face da situação que o país

atravessa ou dos problemas existentes em determinados sectores de actividade, como o dos professores (algo que também é referido pelas mulheres).

É um bocado complicado, quer dizer... não há dúvida nenhuma que um indivíduo precisa de ganhar a vida... estamos a viver um grande período de transição. Portanto, e a informática é uma profissão de desgaste rápido e portanto aí estou numa área em que as coisas estão sempre a mudar. E é aquela preocupação, porque de facto um indivíduo precisa do trabalho para sobreviver e para manter a família e tudo isso... (David Santos, 49 anos, director de informática numa empresa, Porto)

Gosto do que faço. Sinto-me realizado, é aquilo que eu gosto. É uma área que me é perfeitamente querida, mas não me sinto realizado no aspecto profissional, falta qualquer coisa. Nós estamos num país que não nos permite a nós, a nível de formação, apostar em qualquer tipo de áreas. É complicado, ou seja a relação empresa-universidade é uma relação muito caduca e que nos tem trazido muitos problemas até, até esta noite. (Leonardo Neves, 45 anos, engenheiro electrotécnico, Leiria)

Sim, sim, gosto. Sinto, não... já gostei mais. A experiência que eu tenho é que as camadas jovens vêm cada vez menos preparadas, mais infantis, a maturidade deles, de ano para ano verifica-se mais tarde. Portanto, é isso que eu tenho a dizer, mas de resto dou-me bem com eles, tenho um bom relacionamento com eles. (Adolfo Ramalho, 56 anos, professor do 3º ciclo e do secundário, Leiria)

Em Leiria e em Lisboa, entre os profissionais da pequena burguesia intelectual e científica com mais de 20 anos de duração de casamento, encontra-se também uma perspectiva menos positiva em relação à actividade profissional actual dos entrevistados, quer seja alguma desilusão, mesmo frustração, ou a necessidade de fazer outro tipo de trabalho.

Gosto muito do que faço, sinto-me realizado. Talvez um pouco cansado, com necessidade se calhar até de fazer também outra coisa, mas sinto-me realizado e gosto imenso do que faço. (Óscar Veríssimo, 47 anos, técnico superior de economia, director administrativo e financeiro, Leiria)

É uma frustração, já devia ter atingido... não, não. Quando eu comecei havia uma meta a atingir numa determinada idade. Ao longo da minha vida profissional essas coisas têm sido alteradas. Essas metas não existem. Ou por outra, antigamente havia carreiras, hoje não há carreiras. Eu não penso em carreira. Eu penso é, dentro da empresa, tentei ser útil à empresa. Sentir que aquilo que ela me paga eu estou a contribuir. Pagar-me aquilo que eu acho que é justo para mim. E pronto. O mercado como está, está um bocado complicado. Mas se eu me sentir mal vou para outro lado. E se não vou é porque quero lá estar. (Custódio Nascimento, 50 anos, economista, Lisboa)

E quando elas são domésticas...?

Antes duma reflexão sobre as influências que o trabalho tem na família, será importante referir ainda a existência, entre as entrevistadas, de algumas domésticas não

exercendo qualquer tipo de actividade profissional; e de alguns cônjuges que, numa perspectiva mais tradicional, gostariam que as suas mulheres tivessem sido domésticas ou mostram o seu agrado por tal ter, de facto, acontecido. De mencionar também o facto de estas situações acontecerem apenas em Leiria e no Porto, entre os indivíduos com mais de 10 anos de duração de casamento.

[Se gostava de trabalhar] quer dizer, se eu conseguisse conciliar as duas coisas era bom. Eu gostava de ser as duas pessoas, porque, por um lado, eu gosto de estar e fazer o que faço em casa, mas, por outro lado, sinto-me muito sozinha aqui. E além disso acho que pronto as coisas estão a evoluir tão depressa que eu estou a ficar muito aquém dos acontecimentos. [...] Eu que fazer tenho, mas gostava de ser capaz de fazer as duas coisas ao mesmo tempo, o que é um bocadinho complicado. (Júlia Jesus, 44 anos, doméstica, Leiria)

Felizmente, eu nunca ganhei muito mal, olhava a minha profissão, e nunca fui capaz de virar a cara à luta. Como hoje, era capaz de trabalhar dois dias num. Não tinha problemas. E como tal, passado pouco tempo de casarmos, ela também tinha um problema de saúde, e quando nasceu o primeiro filho, eu disse-lhe: “Aurora, vais começar a ficar em casa, porque o que eu ganho tem que dar para vivermos, temos que começar a poupar e a vivermos a nossa vida”. [...] A minha mulher veio para casa, quem não gostou muito da cena foi a minha sogra, porque achava que a minha mulher devia continuar a trabalhar. Mas aquilo que ela ia ganhar era para dar a uma ama! Então, eu comecei a fazer contas e pensei: “Não há nada como um filho ser educado pela própria mãe”. E assim foi. A partir do primeiro filho, a minha mulher nunca mais foi trabalhar para fora, embora fizesse em casa uns trabalhitos, porque tinha uma máquina de costura. Então, tirei-a do trabalho e ficou a trabalhar em casa, como doméstica, com os filhos. (Leonel Monteiro, 51 anos, serralheiro mecânico, Porto)

Na profissão dela? Bem, gostaria que ela estivesse em casa, não trabalhasse, mas é preciso haver oportunidades para isso, não é? Se eu pudesse que ela estivesse em casa e não trabalhasse era melhor, mas ela própria também não queria, porque ela gosta de trabalhar, não é? (Víctor Freire, 59 anos, bancário, Leiria)

Mas as entrevistadas domésticas, de Leiria, falam das implicações negativas que o facto de serem domésticas tem na sua vida: a solidão, a falta de paciência, a desvalorização e falta de reconhecimento social.

Acho que não há nada que não influencie mais que mesmo que o próprio trabalho, tem sempre muita influência. Mas no meu caso tem mais influência no meu estado de espírito, no meu estado mental. Para mim se calhar seria melhor se não estivesse tanto tempo sozinha. Tem sempre muita influência, depois acabamos por descarregar quando não queremos e em quem não queremos, não é? (Júlia Jesus, 44 anos, doméstica, Leiria)

Influencia porque as pessoas de fora não me dão o devido valor, porque dizem logo: “Ah, estás em casa não fazes nada”. Para eles parece que não tenho aquele compromisso de sair de manhã e entrar à noite. Mas acho que até às vezes há trabalhos que fazem menos do que eu faço, pronto. Mas é o que eu disse, não é reconhecido, o nosso trabalho de ficar em casa com os filhos não é reconhecido. (Olga Amaro, 34 anos, doméstica, Leiria)

Até agora discutiu-se a importância do trabalho para os indivíduos. Considerou-se que o trabalho é uma esfera importante na vida dos entrevistados, de modo que quando estes não trabalham expressam o seu desejo de trabalhar. Contudo, parecem existir alguns sinais de precariedade no mercado laboral, que se traduzem em alguma insatisfação relativamente à sua actividade profissional. Volta-se agora o olhar para a influência que o trabalho tem sobre a vida dos entrevistados.

A influência do trabalho na vida familiar

Alguns dos entrevistados afirmam que o trabalho e a vida familiar são duas dimensões separadas e estanques da sua vida, uma não influenciando a outra. Todavia, a maioria considera que o trabalho influencia, de alguma forma, a família. Essa influência pode ser positiva: ao nível financeiro – a ajuda para a casa ou o ganha-pão; ao nível dos horários de trabalho que permitem conciliar emprego com família – os turnos; ao nível das sociabilidades – os contactos que se fazem no trabalho; ao nível dos aspectos intrínsecos – salienta-se a importância das rotinas e do ganho de responsabilidade, do crescimento e satisfação pessoal, da valorização de si, do orgulho, da autonomia, do moldar da personalidade.

Mas pode também ser negativa: os horários de trabalho (o tipo de horário, o excesso de horas que se faz, a necessidade de levar trabalho para casa ou a falta de controlo sobre os tempos de trabalho) fazem com que se tenha menos disponibilidade para a família, nomeadamente para os filhos e para os amigos; levam-se as preocupações do trabalho para casa, chega-se cansado, o estado de humor altera-se: são os nervos, o stresse que se ganha. A um maior investimento no trabalho, especialmente da parte dos homens, parece corresponder uma maior perda para a família. Neste sentido, o discurso dos entrevistados aponta para uma “incorporação da norma assimétrica considerada adequada no masculino – os homens devem centralmente ocupar-se do sucesso profissional e da família depois –, e no feminino – as mulheres podem ocupar-se da carreira se conseguirem conciliar trabalho e família, sendo que em caso contrário os interesses desta devem sobrepor-se aos interesses daquela” (Torres, 2004: 90).

Veja-se então, de forma um pouco mais detalhada, como se processa esta influência do trabalho na família.

Separando as águas

Como foi referido, existem entrevistados, embora minoritários, que consideram que o trabalho não influencia a sua vida familiar. Nestas situações, estes referem, sobretudo, que conseguem separar trabalho e família, que procuram não levar os problemas do trabalho para casa, ou que o seu horário de trabalho permite conciliar ambos os domínios.

Eu tento não levar os problemas do trabalho para casa e vice-versa. Sou capaz de falar mais depressa do trabalho em casa, qualquer coisa que correu mal, desabafar, do que ao contrário. Eu sempre tive uma norma que é os assuntos de casa ficam dentro da porta. (Margarida Silva, 29 anos, empregada de balcão, Lisboa)

Não. Se a pergunta for no sentido de saber se eu trago trabalho para casa, isso não, eu quando chego a casa, desligo. Quando passo a porta de casa... Nunca trouxe questões de trabalho para casa, nem incomodo a minha mulher com isso. (César Lourenço, 40 anos, engenheiro informático, Porto)

Não. Claro que não sou daquelas pessoas que diz que desliga o computador quando sai do trabalho, vai para casa... Mas não; não influencia. É um horário normal, não é uma carga de trabalho assim muito... Não há fins-de-semana, nem noites... É o horário normal. Embora por vezes haja um fim-de-semana ou outro que tenha que fazer um esforcinho, mas... não influencia aqui em casa. Às vezes venho chateado, mas passa aquilo, não é? Aqui em casa, não tem nada a ver uma coisa com outra, não é? Às vezes acontece, mas não..., não me influencia, sinceramente. (Artur Gonçalves, 40 anos, desenhador da construção civil, Porto)

Existem ainda casos em que, no geral, o trabalho não influencia a família, no entanto, em determinadas alturas, quando se tem mais trabalho ou preocupações maiores, passa a interferir.

Depende. Nessas alturas influencia um bocado. Eu e as minhas colegas andamos mesmo com um stresse muito, muito grande por causa dos prazos. [...] é então nessas alturas que eu noto que realmente ando mais um bocadinho com menos paciência, é um bocado assim. Ando mais stressada, mais nervosa e noto que influencia um bocadinho, por muito que a gente não queira, influencia sempre. Nessas alturas noto que se calhar prejudica um bocadinho, mas pronto, a gente não consegue controlar tudo. (Carolina Arroiteia, 33 anos, contabilista, Leiria)

As influências positivas do trabalho: os rendimentos, as sociabilidades, a valorização da identidade, os ganhos de autonomia

A maior parte dos entrevistados considera, no entanto, que o trabalho influencia a sua vida pessoal e/ou familiar de alguma maneira. Assim, e a um nível mais instrumental, uma das influências positivas apontadas pelos entrevistados (homens e mulheres), sobretudo pelos operários e pelos profissionais da pequena burguesia técnica e de enquadramento, remete para a importância do trabalho como fonte de rendimento, traduzindo assim as responsabilidades que os indivíduos casados têm face à família. Mesmo porque, em “casa onde não há pão...”

Influencia, influencia. Se eu não trabalhasse, qual seria o meu comportamento cá em casa? Para ter as coisas alinhadas cá em casa, por pouco que seja, tem que se trabalhar. Isso não parece mas tem um peso bom. (Valter Sousa, 37 anos, pintor de automóveis, Lisboa)

Influencia e muito. Costuma-se dizer, por muito que a gente queira ou não, quando não há pão, todos ralham e ninguém tem razão. Portanto, se o trabalho não nos fornecer esse pão, a harmonia da casa deixa de existir. Isso aí é uma regra muito antiga. E portanto o trabalho influencia, e de que maneira! Porque mesmo na minha empresa – já tenho a empresa há nove, dez anos – já tive momentos menos bons, no início, que influenciaram muito a vida da casa. Quando os momentos da empresa são bons – graças a Deus, tem sido nos últimos três anos – isso vira completamente a família e a vida da casa, porque temos acesso a outro tipo de situações... (Ricardo Almeida, 43 anos, patrão de pequena empresa de calçado, Porto)

Ah pois, isso é verdade sempre influencia. Quer dizer, já se sabe que na vida de casado, essa pessoa é mais responsável, tem que pensar que tem os encargos que tem, as despesas que tem. É um tipo que tem que andar, que tem que resolver e procurar desenrascar-se. Enquanto não houver essa responsabilidade não é necessário. “Pronto olha, chega para isto, pronto, o resto não interessa nada”. Não há mais responsabilidades de mais nada, pronto. Não interessa procurar muito mais. (Baltazar Canhoto, 47 anos, comerciante, Lisboa)

Existem também entrevistados, embora minoritários, para quem o tipo de horário efectuado é uma ajuda na articulação do trabalho com a família. É, assim, numa lógica de articulação entre ambas as esferas da vida dos indivíduos, que o trabalho por turnos ou a flexibilidade de horário podem ser consideradas como uma mais-valia, permitindo conciliar o campo profissional com o cuidado das crianças e/ou com outros assuntos de âmbito familiar, quando o cônjuge não está presente.

É um trabalho que eu até gosto de fazer. É diferente, uma pessoa para manter aquele ritmo sempre, aquele horário sempre por turnos, mesmo que uma pessoa tenha alguma coisa para fazer, ou tratar de assuntos ou ir ao médico com os garotos, dá para conjugar e é uma coisa boa que a gente tem. [...] Então o que é que acontece, como eu tenho o horário por turnos, quando chega às vezes para uma pessoa tratar de alguns assuntos, eu venho aqui: “Vais tu tratar das coisas” ou com o garoto ao médico. Às vezes com o garoto ao médico sou eu [...] então conjugamos, dá para conjugar. [Influência] positiva. (Manuel Carvalho, 35 anos, operário, Leiria)

Ah, gosto muito do que faço. Gosto muito do que faço, pela liberdade que me dá, e liberdade não significa que a gente não trabalhe, porque nunca trabalho menos de 10 horas por dia. Só que preciso de ir ao infantário da garota, preciso de ir dar uma vacina à minha filha, disponho desse tempo sem problema absolutamente nenhum, porque sei que o posso compensar [...]. Gosto muito, muito daquilo que faço por estas características e também porque gosto, a actividade que desempenho gosto muito dela, é aliciante para mim. O contacto com as pessoas, desenvolver objectivos que se colocam [...]. Gosto de ver trabalho a ser concluído, seguir projectos, seguir linhas de trabalho que são definidas por mim a maior parte das vezes, objectivos. (Renato Barbosa, 36 anos, gestor comercial, Leiria)

As sociabilidades são outro dos factores mais valorizados por quem trabalha. As amizades que se fazem no trabalho, assim como o tempo que se passa juntamente com os colegas, são considerados como bastante importantes, especialmente entre os entrevistados mais jovens, mas também entre as mulheres de Lisboa mais qualificadas e com mais de 20 anos de duração de casamento.

Por um lado sim. Acho que permite manter contacto com pessoas de fora, já que a nossa situação económica não permite grandes contactos de amizade. Mas acho que quanto à vida de casado mesmo, não. (Simão Costa, 59 anos, guarda de museu, Lisboa)

Sim, o trabalho influenciou. Até o facto de ter o contacto com outros miúdos levava-me ou a apreciar mais os meus ou a transpor de um lado para o outro situações vividas na escola. Fiz verdadeiras amizades com colegas de trabalho que ajudaram ao crescimento. Desabafávamos, aconselhávamo-nos umas às outras e trocávamos experiências. O trabalho acabou por influenciar a minha vida de uma forma positiva. (Isabel Ventura, 60 anos, professora do ensino básico, Lisboa)

Mas acima de tudo será importante realçar os aspectos intrínsecos que a actividade profissional traz aos indivíduos e à sua vida familiar. Como se referiu anteriormente, o desempenho de uma actividade profissional é central na vida dos indivíduos, fazendo-os crescer enquanto pessoas, trazendo-lhes satisfação e orgulho a nível pessoal, valorizando-os. São sobretudo os entrevistados (homens e mulheres) mais qualificados (da pequena burguesia técnica e de enquadramento e da pequena burguesia intelectual e científica) que sublinham a importância do trabalho como fonte de realização pessoal.

Influencia porque é uma coisa que eu gosto de fazer, se eu não me sentisse realizada, se calhar também não me sentiria bem e aí seria um bocadinho mais chata. Se eu não trabalhasse viveria mais infeliz, e estrebucharia ainda mais do que já estrebucho agora, portanto acho que influencia bastante. (Teresa, 32 anos, gestora de contactos, Lisboa)

Influencia muito. Influencia muito porque o trabalho amadurece-nos, o trabalho dá-nos aquilo que se chama tarimba, a gente apanha desgostos, temos que ser exigentes, recebemos críticas pelo comportamento e pelo desempenho, isso acaba por nos moldar. Acaba por nos ir

moldando. Acabamos por encontrar tipos de pessoas diferentes que nos influenciam, que nos cativam. É claro que sim, que influencia muito a minha vida. [Influência] positiva. A minha vida pessoal é, familiar acaba por ser de alguma maneira [influenciada], mas é como disse há bocado, tento filtrar. É no sentido em que nos engrandecemos um bocado, porque quando temos responsabilidades lá fora, no trabalho para o exterior dá-nos uma segurança grande também na família. [...]. E a minha esposa sabe que tenho responsabilidades também dá assim um certo orgulho, isso tudo ajuda-me numa boa relação. (Renato Barbosa, 35 anos gestor comercial, Leiria)

No entanto, entre os operários de Leiria com maior duração de casamento, tende a existir uma forte identificação com o trabalho. É este que os faz “andar vivos”.

Quer dizer, influencia a nível monetário para o bem-estar dos bens materiais. E influencia também na outra parte, é diferente uma mulher estar em casa com toda a disponibilidade, mas também não me sentia realizada, não é? (Juliana Dias, 45 anos, empregada de balcão, Leiria)

Ah o trabalho é o que faz uma pessoa andar viva, se não fosse o trabalho o que é que uma pessoa tinha? Nada, então. Deus me livre, então já tinha morrido! Sem trabalho e com a vida que tenho tido, Deus me livre, então o trabalho é um escape. (Armanda Serra, 46 anos, empregada doméstica, Leiria)

Directamente relacionado com a questão da realização pessoal está o sentimento de autonomia que o trabalho gera nas entrevistadas. O trabalho permite a estas mulheres serem independentes, não dependerem dos seus maridos, terem a possibilidade de adquirir as suas próprias coisas.

Influencia muito no sentido de conseguirmos ser nós próprios, sermos independentes, porque é uma auto-estima muito grande o nosso profissionalismo. (Adélia Bandeira, 41 anos, proprietária de minimercado, Leiria)

Pronto, aí está, ter um ordenado é estar independente. Mesmo assim de vez em quando ele diz que ele é que me sustenta e não sei quê, não sei quanto. Tenho o meu ordenado, sou independente, posso fazer dele o que quiser e não, pronto. Acho que isso é muito importante, para não estar a pedir e pedir, não! (Armanda Serra, 46 anos, empregada doméstica, Leiria)

Ora, mas nem tudo são rosas e o trabalho tem, por vezes, uma influência na vida familiar que é considerada, pelos entrevistados, como menos positiva.

As influências negativas do trabalho: menor disponibilidade para a família, cansaço e stresse

Como se realçou, os entrevistados também sentem que o trabalho tem consequências negativas na vida familiar: são as preocupações do trabalho que se levam

para casa e geram maiores desentendimentos no casal e menor paciência para a família; são os horários de trabalho que “roubam” tempo à família.

No que toca às “chatices”, isto é, as preocupações, o stresse, o mau humor que se levam do trabalho para casa, são referidas maioritariamente pelos entrevistados mais qualificados (da pequena burguesia técnica e de enquadramento e da pequena burguesia intelectual e científica), sobretudo pelas mulheres, embora sejam também muito referidas pelos homens (mais os de Leiria e Lisboa). Neste sentido, os entrevistados referem que não conseguem desligar da pressão e das exigências profissionais, levando-as para o seio familiar, juntamente com a tensão e a impaciência geradas no contexto laboral, que acabam por originar, algumas vezes, o conflito conjugal ou parental.

Sim, sim. No dia-a-dia, se tenho um dia mau, chego a casa e discutimos por isso até porque às vezes fico bruta, pronto, um bocado chateada e ele também não percebe e discutimos por causa dessas coisas. (Patrícia Mira, 28 anos, escriturária, Lisboa)

Traz mais atritos, menos paciência para as brincadeiras dos filhos, embora eu seja um pai que até liga muito a essas coisas. (Joaquim Machado, 38 anos, profissional de seguros, Lisboa)

Influencia, porque nós chegamos à noite estoirados, atender público o dia todo e contar dinheiro e estar com atenção [...]. Só esse stresse, o stresse das filas, o cumprir horários, a mim acaba por me cansar, por me esgotar e lhe garanto que tenho dias em que chego a casa, lanche e vou para a cama para dormir mesmo, para descansar. (Emília Freire, 54 anos, bancária, Leiria)

Ora, se as chatices e as preocupações do trabalho são maioritariamente referidas pelas mulheres, os homens queixam-se, sobretudo, das horas que trabalham, que lhes deixam pouco tempo para se dedicarem à família e/ou a outras actividades que desejem realizar.

É uma profissão um bocado ingrata, é uma profissão em que se passa pouco tempo com a família. Eu fazia o internacional, mas se aqui já é complicado... nós lá chegávamos a estar oito, dez dias sem ver a família. Foi isso que me levou a vir para cá. Porque eu estava a ver o meu filho crescer e sem estar com ele. Quando chegava a casa, notava que ele já estava diferente! Quando ele fez dois anos, vim para cá. (Marco Ferreira, 34 anos, motorista, Porto)

Condiciona um bocado, porque eu tenho, como eu disse há bocado, posso ter um horário das 8 à meia-noite e isso condiciona um bocado a vida familiar. Influencia num sentido negativo, porque muitas vezes este semestre tenho aulas, todos os dias de aulas das 8 às 10 da noite e é a altura que os miúdos estão a jantar e se eles vão dormir e muitas vezes o meu filho pergunta “onde é que está o pai?” e isso é algo que os influencia negativamente: os filhos não sentem o pai presente. Eu acho que é negativo, mas é uma das vicissitudes da minha profissão. (Ângelo Cunha, 38 anos, professor do ensino superior politécnico, Leiria)

Influenciou um bocado a vida familiar devido à ausência. A ausência levou a algumas incompreensões e a alguns atritos. (Duarte Ventura, 62 anos, engenheiro civil, Lisboa)

A questão das horas de trabalho é também reconhecida pelas suas esposas. Quando questionadas sobre qual a influência que o trabalho do seu cônjuge tem na família ou o que desejariam mudar neste, a questão das horas de trabalho vem frequentemente ao de cima.

É isso, se isso fosse possível, não era, tirar-lhe um bocadinho de tempo de trabalho, ele hoje por exemplo trabalhou doze horas, quer dizer, e às vezes nem ele próprio tem a noção que é muito para ele e que é desgastante e ele não tem a noção disso e depois claro que não tem muita disponibilidade não é. (Mónica Amaral, 26 anos, socióloga, desempregada, Lisboa)

O que eu mudaria, punha-o a trabalhar das 8 às 5 e vinha para casa. Que assim já tinha mais tempo para programar a vida dele. (Olga Amaro, 34 anos, doméstica, Leiria)

Mudava estas questões do horário, pedia-lhe para chegar mais cedo, pelo menos à tarde, à noite, para estar e ajudar com as miúdas, que com duas não é nada fácil... (Luísa, 38 anos, professora do ensino especial, Lisboa)

Os próprios homens referem muitas vezes que, se há um aspecto que mudariam na sua actividade profissional, este prende-se com as horas que efectuam no trabalho e o empenho que têm neste, de modo a poderem ter mais tempo disponível para si e para a sua família.

Ter mais tempo para estar com a família... neste momento era só isso. (Marco Ferreira, 34 anos, motorista, Porto)

Há sempre problemas, não é? Lá está... gostava de poder chegar a casa mais cedo, estar com os miúdos, ainda ir ao café... Não chegar tão cansado... Mas, em geral, consegui aquilo que queria e isso é o mais importante. (Diniz Gouveia, 42 anos, corticeiro, Porto)

Deste modo, tal como foi referido em diversas pesquisas (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Torres, 2004; 2006; Torres *et al.*, 2004), os homens, ao contrário das mulheres, não parecem encontrar na paternidade um condicionamento à vida profissional. Contudo, expressam o seu desejo de estar mais presentes na família, especialmente com os filhos. Estamos, assim, perante uma “reinterpretação moderna de uma divisão de papéis antiga” (Torres, 2004: 72), em que as mulheres já sentem o direito ao desempenho de uma actividade profissional e eles se começam a sentir culpados por não darem em casa todo o apoio que o ideal de simetria, que partilham

com elas, implica. No entanto, o investimento familiar não é paritário e as mulheres são forçadas a retrair-se na profissão.

Neste sentido, existem também mulheres, especialmente as pertencentes à pequena burguesia técnica e de enquadramento, com mais de 10 anos de duração de casamento e do Porto, que se queixam das horas de trabalho que têm que realizar, referindo mesmo que gostariam de diminuir esse horário, de modo a poderem conciliar mais facilmente trabalho e família.

Influencia bastante porque [...] para os meus filhos agora, sim, não tenho tanta, eu falo deste, os outros eu criei-os, dediquei-me totalmente a eles, este não, este foi criado sozinho com a avó. Tenho bastante pena, queria estar mais tempo com ele, gostava de dedicar mais tempo. (Florabela Ramos, 39 anos, empregada doméstica, Porto)

Influenciava, quer dizer tinha aquele horário que tinha que cumprir, não é? E depois o resto era para casa, e portanto... Claro que se fosse um horário mais pequeno era melhor porque às vezes sai-se às cinco e meia e não dá para nada. (Angelina, 59 anos, empregada administrativa de alfândega, Porto)

Alguns homens fazem também referência às horas de trabalho das suas esposas, sobretudo quando estas trabalham ao fim-de-semana. O trabalho realizado aos sábados e, especialmente, aos domingos, leva-os a considerar que existem determinados programas, como passeios ou viagens, que é difícil fazer em família.

Gostava mesmo que ela também não tivesse que trabalhar tanto... para ter mais disponibilidade... (Diniz Gouveia, 42 anos, corticeiro, Porto)

Em questão de horários, pois, se ela pudesse ter um trabalho com um horário mais... que pudesse estar, por exemplo, os fins-de-semana em casa com o filho, arranjava-lhe um trabalho assim, arranjava, mas pronto, ela faz aquilo que gosta e também não vamos se opor em nada disso. (Hermínio Matias, 41 anos, encarregado de armazém, Leiria)

Neste sentido, conciliar trabalho e família nem sempre é fácil, e às vezes é preciso fazer escolhas...

Tive muitas vezes esse dilema: entre ser professora e ser mãe e eu: “mas porque é que tem que ser assim, ao que é que tenho que dar prioridade?” E às vezes vinha esgotada, isso sentiu-se muita vez. [...] Era uma profissional competente, nesse aspecto era só mesmo quando estava doente. Agora quando um filho estava com febre ou doente eu sofria que não imagina, era por ele e era pelos alunos, então algumas vezes tive que faltar. Era assim, mas era um dia, dois, assim que se apanhava melhor lá ia eu. (Regina Ramalho, 56 anos, professora do 1º ciclo em processo de reforma, Leiria)

Conclusões

Ao longo deste artigo, procurou-se captar os significados do trabalho para homens e mulheres, os seus desejos de mudança relativamente ao mundo do trabalho, a influência do trabalho na vida familiar, a existência (ou não) de sinais de precariedade e/ou flexibilidade no mercado de trabalho e seus reflexos na vida dos indivíduos.

Considerou-se o trabalho como um aspecto central da vida individual, tal como referido por diversas pesquisas (Casaca, 2005; Crompton, 2006; Kóvacs, 2002; Silva, 2007; Torres, 2004; Torres e Moura, 2004; Torres *et al.*, 2004; 2006). Os homens como as mulheres, das várias gerações, regiões e posições sociais, valorizam o desempenho de uma actividade profissional.

No entanto, os entrevistados da pequena burguesia intelectual e científica falam em realização pessoal, o que denota a importância da actividade profissional para a construção da sua identidade pessoal. Neste sentido, os indivíduos com maior duração de casamento e deste sector profissional fazem referência a um forte sentimento de satisfação com o trabalho, não só profissional como também pessoal, dando conta de um percurso escolhido e construído – de um projecto realizado.

Mas, se os entrevistados dos sectores mais qualificados falam de realização pessoal, as mulheres operárias, quer sejam operárias fabris ou empregadas domésticas, na maioria dos casos sentem-se satisfeitas com os seus trabalhos, mesmo quando estes são pesados.

O trabalho do cônjuge é, geralmente, aceite, quer por homens, quer por mulheres. É assim que os homens referem respeitar o trabalho das suas esposas, apoiando-as quando estas estão desempregadas e expressando o desejo de que encontrem um trabalho que as realize. Entre os entrevistados existe, assim, uma aceitação generalizada do trabalho das mulheres, o que vai ao encontro do referido por Torres (2004) e André e Feio (2000) sobre a importância cultural do trabalho em Portugal e a perda de influência da ideologia da domesticidade.

Mesmo assim, é patente a existência de uma minoria de entrevistados defensores de uma divisão tradicional do trabalho, com o homem provedor da família e a mulher doméstica. Estes são, sobretudo, homens, com mais de 10 anos de duração de casamento, do Porto e de Leiria, operários ou profissionais da pequena burguesia técnica e de enquadramento.

Indo ao encontro do resultado de outras pesquisas (André e Feio, 2000; Casaca, 2005; Crompton, 2006), os entrevistados revelaram também sinais de alguma precariedade. Existem, assim, indivíduos insatisfeitos com o seu trabalho actual e/ou com o seu percurso profissional: com receio de mudar de trabalho, sentem que o estado actual do país é difícil no que toca ao mercado de trabalho, que o seu sector de actividade se encontra em crise ou que, actualmente, se confronta com vários problemas. As situações de precariedade faziam-se sentir, sobretudo, entre as mulheres, os operários e os profissionais da pequena burguesia técnica e de enquadramento, e os residentes no Porto.

Ora, as mulheres, quando desempregadas ou a trabalhar a tempo parcial, sentem falta do trabalho e do que dele decorre. Mesmo as mães de filhos pequenos querem trabalhar no exterior. O desemprego e o trabalho a tempo parcial têm, para estas mulheres, uma influência prática a nível familiar, visto que as levam a assumir a responsabilidade da realização das tarefas domésticas.

A influência do trabalho na vida familiar é sentida pela generalidade dos entrevistados, existindo apenas uma minoria que refere conseguir separar o trabalho da família, que usualmente não leva problemas para casa e que tem um horário que permite conciliar ambas as esferas.

Os horários de trabalho são um aspecto essencial no que se refere às influências que este tem na família. Embora sejam uma minoria, existem entrevistados que referem que o tipo de horário de trabalho efectuado (por exemplo, o trabalho por turnos ou a flexibilidade das horas de trabalho) é uma ajuda na articulação do trabalho com a família. Contudo, os homens confessam, frequentemente, que o tempo que passam no trabalho os impede de passar mais tempo em família, especialmente com os filhos. Existem também mulheres, nomeadamente as da pequena burguesia técnica e de enquadramento, com mais de 10 anos de duração de casamento, que se queixam das horas de trabalho que têm que realizar, referindo mesmo que gostariam de encurtar o seu horário, de modo a poderem conciliar mais facilmente trabalho e família.

Mas existem outros aspectos em que o trabalho influencia a vida familiar e/ou a família. Entre estes encontra-se a possibilidade de obter um rendimento, algo que é sublinhado pelos operários e profissionais da pequena burguesia técnica e de enquadramento, traduzindo assim as responsabilidades que os indivíduos casados têm face à família. Outro dos factores valorizados é o das sociabilidades, especialmente entre os mais jovens, mas também entre mulheres de Lisboa mais qualificadas e com mais de 20 anos de duração de casamento. Ainda pela positiva, um outro aspecto a salientar é o sentimento do trabalho como fonte de realização pessoal e de autonomia, o que é referido sobretudo por homens e mulheres mais qualificados (da pequena burguesia técnica e de enquadramento e da pequena burguesia intelectual e científica); por outro lado, os operários mais velhos de Leiria demonstram uma forte identificação com a profissão.

Pela negativa, são ainda de destacar as preocupações que se levam para casa e que geram maiores desentendimentos no casal e menor paciência para a família, especialmente entre as mulheres mais qualificadas (da pequena burguesia técnica e de enquadramento e da pequena burguesia intelectual e científica).

Para finalizar, volta a salientar-se a importância do emprego na estruturação das identidades individual e colectiva. O trabalho é um meio de acesso a uma fonte de rendimento, mas também de integração e coesão social, de satisfação, realização pessoal e sentimento de autonomia individual. A perda de um emprego implica para as mulheres uma perda de autonomia, material e subjectiva, a possibilidade de assimetria nas relações de poder entre homens e mulheres e o fortalecimento do tradicionalismo das mesmas (Casaca, 2005). Assim, homens e mulheres são motivados pela esfera do trabalho. Mesmo para as mulheres casadas e com filhos “o trabalho é um valor em si mesmo, que vai para além da necessidade económica de haver dois rendimentos, tendendo a fazer parte de um modelo identitário feminino forte” (Torres *et al.*, 2006). É neste âmbito que se compreende que as mulheres “investem ou querem investir nas duas frentes [trabalho e família]” (*idem*: 140). Contudo, a possibilidade de estas concretizarem este desejo de “duplo investimento no trabalho e na família depende de condições concretas e específicas que, variando de país para país, podem, nalguns casos criar dilemas e impor opções não desejadas” (*idem*).

Referências bibliográficas

André, Isabel, e Paulo Feio (2000), “Development and equality between women and men in the portuguese labour market”, em M. J. González, T. Jurado, M. Naldini (orgs.), *Gender Inequalities in Southern Europe: Women, Work and Welfare in the 1990's*, Londres, Frank Cass.

Beck, Ulrich, e Elizabeth Beck-Gernsheim (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.

Casaca, Sara Falcão (2005), “Flexibilidade, emprego e relações de género: a situação de Portugal no contexto da União Europeia”, em Ilona Kovács (org.), *Flexibilidade de Emprego*, Oeiras, Celta Editora, pp. 55-89.

Cook, Alice (1992), “Can work requirements accommodate to the needs of dual-earner families?”, em Suzan Lewis, Dafna N. Izraeli e Helen Hootsmans, *Dual-earner Families. International Perspectives*, Londres, Newbury Park e Nova Deli, Sage Publications, pp. 204-220.

Crompton, Rosemary (2006), *Employment and the Family. The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.

Crompton, R., e C. Lyonette (2007), “Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português”, em Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS.

Kóvacs, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*, Oeiras, Celta Editora.

Silva, Manuel Carvalho da (2007), *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização: Reflexões e Propostas*, Mafra, Círculo de Leitores/Temas e Debates.

Torres, Anália (2001), *Sociologia do casamento*, Oeiras, Celta Editora

Torres, Anália (2004), *Vida Conjugal e Trabalho: Uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.

Torres, Anália (2006), “Work and family in Portugal”, em Giovanna Rossi (org.) *Reconciling Family and Work: New Challenge for Social Policies in Europe*, pp. 9-36.

Torres, Anália, e Ana Moura (2004), *Contextos Conjugais e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres: Relatório Final*, Lisboa, CIES/ISCTE, policopiado.

Torres, Anália, Francisco Silva, Teresa Monteiro, e Miguel Cabrita (2004), *Homens e Mulheres entre a Família e o Trabalho*, Lisboa, CITE.

Torres, Anália, Rita Mendes, e Tiago Lapa (2006), “Família na Europa”, em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 6. Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, ICS.